

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	43
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	135
Total	8.542
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	552.934	556.434
1.01	Ativo Circulante	252.037	352.283
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.638	91.089
1.01.03	Contas a Receber	90.161	74.495
1.01.03.01	Clientes	90.161	74.495
1.01.06	Tributos a Recuperar	98.415	181.858
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	98.415	181.858
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.405	4.446
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.418	395
1.01.08.03	Outros	3.418	395
1.01.08.03.02	Outorga variável a faturar - Concessão	3.103	0
1.01.08.03.03	Adiantamentos a empregados	315	395
1.02	Ativo Não Circulante	300.897	204.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	101.253	3.464
1.02.01.07	Tributos Diferidos	98.165	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.088	3.464
1.02.02	Investimentos	195.083	195.777
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	195.083	195.777
1.02.03	Imobilizado	800	781
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	800	781
1.02.04	Intangível	3.761	4.129
1.02.04.01	Intangíveis	3.761	4.129

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	552.934	556.434
2.01	Passivo Circulante	76.374	76.379
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.914	7.945
2.01.02	Fornecedores	42.427	43.014
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.056	18.488
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.150	1.533
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.150	1.533
2.01.05	Outras Obrigações	5.827	5.399
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35	136
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	35	136
2.01.05.02	Outros	5.792	5.263
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	2.632	2.150
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	303	256
2.01.05.02.08	Outros	840	840
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPU	2.017	2.017
2.02	Passivo Não Circulante	233.886	235.642
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.824	2.824
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.824	2.824
2.02.02	Outras Obrigações	161.555	162.527
2.02.02.02	Outros	161.555	162.527
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	115.727	116.251
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	45.828	46.276
2.02.03	Tributos Diferidos	3.702	3.886
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.702	3.886
2.02.04	Provisões	40.730	40.616
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.730	40.616
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.538	30.981
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.192	9.635
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	25.075	25.789
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	16.454	16.958
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	8.621	8.831
2.03	Patrimônio Líquido	242.674	244.413
2.03.01	Capital Social Realizado	246.149	246.149
2.03.03	Reservas de Reavaliação	111.589	111.803
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-115.064	-113.539

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	154.093	188.573
3.01.01	Receita Bruta	154.752	188.773
3.01.02	Impostos	-658	-200
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-1	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.105	-123.367
3.03	Resultado Bruto	4.988	65.206
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.557	-19.233
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.131	-19.573
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	574	340
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.569	45.973
3.06	Resultado Financeiro	10.646	-1.778
3.06.01	Receitas Financeiras	14.631	2.941
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.985	-4.719
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.923	44.195
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-11.030
3.08.01	Corrente	0	-11.030
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.923	33.165
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.923	33.165
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	3,88178
3.99.01.02	PNA	0	3,88178
3.99.01.03	PNB	0	3,88178
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,22504	3,88178
3.99.02.02	PNA	-0,22504	3,88178
3.99.02.03	PNB	-0,22504	3,88178

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.923	33.165
4.02	Outros Resultados Abrangentes	214	214
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.709	33.379

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-34.956	55.114
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.851	44.719
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	-1.923	33.165
6.01.01.02	Depreciação	771	1.475
6.01.01.03	Amortização	383	286
6.01.01.06	Provisão para contingências	114	2.618
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	693	0
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-217	1.204
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-504	2.934
6.01.01.11	Realização de tributos diferidos	-184	-68
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-210	-210
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	3.928	3.315
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.807	10.395
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	-15.666	20.937
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-14.722	-27.356
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-3.022	-3.614
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	-587	13.190
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	-506	1.936
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	-3.883	5.953
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	81	-26
6.01.02.09	Despesas antecipadas	41	41
6.01.02.10	Depósitos judiciais	376	-388
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	34	-448
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	47	0
6.01.02.14	Outros Passivos	0	170
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112	-40
6.02.01	Imobilizado	-97	-40
6.02.02	Intangível	-15	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-383	-332
6.03.03	Passivos de arrendamentos	-383	-332
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.451	54.742
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.089	58.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.638	112.748

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-113.539	111.803	244.413
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-113.539	111.803	244.413
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.923	0	-1.923
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.923	0	-1.923
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	398	-214	184
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	398	-398	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	184	184
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-115.064	111.589	242.674

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-279.189	113.582	80.542
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-279.189	113.582	80.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.165	0	33.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.165	0	33.165
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	282	-214	68
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	282	-282	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	68	68
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-245.742	113.368	113.775

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	155.325	189.114
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	154.752	188.774
7.01.02	Outras Receitas	573	340
7.01.02.01	Outras Receitas	574	340
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-1	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-105.236	-54.857
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.383	-29.292
7.02.04	Outros	-56.853	-25.565
7.02.04.01	Mão de obra terceirizada	-50.263	-21.279
7.02.04.02	Segurança	-6.590	-4.286
7.03	Valor Adicionado Bruto	50.089	134.257
7.04	Retenções	-1.156	-1.760
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.156	-1.760
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.933	132.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.639	2.941
7.06.02	Receitas Financeiras	14.639	2.941
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	63.572	135.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	63.572	135.438
7.08.01	Pessoal	9.448	13.473
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.651	6.459
7.08.01.02	Benefícios	2.388	2.113
7.08.01.03	F.G.T.S.	562	516
7.08.01.04	Outros	-153	4.385
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	-1.443	2.451
7.08.01.04.02	Férias	550	1.082
7.08.01.04.03	13º Salário	705	710
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	35	142
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.623	17.299
7.08.02.01	Federais	2.670	13.141
7.08.02.03	Municipais	3.953	4.158
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.424	71.501
7.08.03.02	Aluguéis	49.424	71.501
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.923	33.165
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.923	33.165

Comentário do Desempenho



SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

**Relatório da Administração
2025**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da São Paulo Turismo S.A. (“Companhia” e/ou “Spturis”), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes divulgados nas Demonstrações Contábeis Intermediárias do período de 03 (três) meses encerrado em 31 de março de 2025, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR).

Empresa Estatal Dependente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Aberta”, em atendimento à Resolução CVM nº 80/22.

A receita com a prestação de serviços públicos (Eventos), concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

No setor privado, (Anhembi), refere-se à apropriação de receita com outorga da concessão do Complexo Anhembi para a SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e concessão do Complexo Anhembi até 31 de março de 2025, comparado a 2024, em R\$ mil.

	MAR/25	MAR/24	Var. %
(+) EVENTOS / PMSP	151.097	185.253	(18%)
(+) ANHEMBI	3.655	3.520	4%
(=) RECEITA OPERACIONAL (a)	154.752	188.773	(18%)
(=) RECEITA TOTAL	154.752	188.773	(18%)

Variações relevantes:

a) A redução na “Receita Operacional” decorreu devido a uma diminuição no volume dos eventos ocorridos em no primeiro trimestre de 2025, na Cidade de São Paulo.

Comentário do Desempenho



O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa até março, comparativo de 2025 e 2024 (em R\$ mil).

Descrição	Anual / Acumulado		
	MAR/25	MAR/24	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	131.351	179.844	(27%)
1.1 Anhembi	5.227	2.114	147%
1.2 Restituição INSS Retido (a)	8.650	-	100%
1.3 Eventos / PMSP (b)	117.474	177.730	(34%)
2. TOTAL SAÍDAS	166.971	125.102	33%
2.1 Pessoal	9.069	8.167	11%
2.2 Serviços Públicos	1.656	775	114%
2.3 Tributos/ Parcelamento	4.471	4.184	7%
2.4 Fornecedores/ Outras (c)	151.775	111.976	36%
RESULTADO	(35.620)	54.742	(65%)

a) A Restituição no item 1.2, foi decorrente do pedido de restituição de valores de INSS retidos sobre notas fiscais, e recebidos, junto à Receita Federal do Brasil.

b) A redução de 34%, item 1.3, ocorreu devido a uma diminuição nos eventos, e na pausa programada pela Prefeitura do Município de São Paulo, para atualização anual do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), e posterior liberação dos pagamentos.

c) A variação de 36% no item 2.4, foi decorrente de valores pagos a fornecedores de eventos, em destaque, do Natal Iluminado e Carnaval de Rua.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, durante o exercício de 2024, os Auditores Independentes, Conatus Auditores Independentes S/S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Comentário do Desempenho**Considerações finais**

A Companhia segue firme no aprimoramento dos seus controles e processos, investindo na melhoria contínua de suas atividades e resultados, com projeções para a diminuição expressiva (ou zeramento) dos prejuízos acumulados, ainda no exercício de 2025.

A previsão é que a Companhia seguirá dinâmica e atuante, com os novos eventos que está trazendo para a Cidade São Paulo e o aprimoramento dos seus processos e governança.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 13 de maio de 2025.

A Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIARIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTuris”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 12 de maio de 2025 as presentes demonstrações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025.

As presentes demonstrações contábeis intermediárias foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2025.

1.1. Empresa Estatal dependente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

1.2. Concessão Complexo Anhembi

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Convenções Anhembi S.A.) e o Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$ 53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 12.113 mil – valor atualizado anualmente pela variação do IPCA) e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis para a SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia declara e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 31 de março de 2025, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do **Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/22** emitido pela CVM.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis intermediárias e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

a) Moeda funcional – As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência do período e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a

Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2025, bem como durante o exercício de 2024, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo, com objetivo de atender a compromissos de curto prazo e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis intermediárias pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 (trinta) anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment” -: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos serão revistos anualmente ou durante o ano, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. Os contratos de serviços/locações, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamento – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento,

com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros/reajustes cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados.

p) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

q) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

r) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2024, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Alterações de novas normas que estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025.

Norma	Descrição	Vigência
Resolução CVM nº 223 OCPC 10	Crédito de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A orientação técnica que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2025 não produziu impactos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025:

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



Norma	Descrição	Vigência
IFRS 7 OCPC 40	Divulgação de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimos; (iii) volume de riscos inerentes aos contratos de energia elétrica, performados ou não, dependentes de fontes naturais.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48)	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamentos eletrônicos; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG); e (iii) aumento das isenções para aplicação da abordagem de uso-próprio e/ou abordagem de <i>Hedge accounting</i> em contratos de energia elétrica, que dependem de fontes naturais altamente sensíveis às oscilações climáticas.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 18	Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: Esta norma substituirá a IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Introduzido 3 (três) categorias definidas para receitas e despesas: operacionais, de investimento, e de financiamento. Essa mudança visa melhorar a estrutura da demonstração de resultado, e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura aprimorada e os novos subtotais proporcionarão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. Exigência da divulgação de esclarecimentos sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, conhecidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027 aplicação retrospectiva

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	10	(3)
Aplicações financeiras	55.628	91.092
	55.638	91.089

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

São compostas por:

	31/03/2025	31/12/2024
Clientes no País	14.764	17.928
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo) (a)	80.239	61.409
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.842)	(4.842)
	90.161	74.495

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber com as Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquidas da estimativa de perdas, classificadas no ativo circulante estão demonstrados como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer:	25.139	33.054
Vencidos até 30 dias:	18.293	9.717
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	18.197	9.297
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	4.419	4.708
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	11.867	7.526
Vencidos há mais de 180 dias:	17.088	15.034
Total:	95.003	79.336

Valores referem-se, em sua maioria, com o Contas a Receber com a Prefeitura do Município de São Paulo, onde já se encontram tratativas para recebimento.

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	4.842	4.842
Aumento da provisão	-	-
Reversão de provisão	-	-
Saldos no final do exercício	4.842	4.842

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Circulante	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ a compensar (a)	63.202	62.671
CSLL a compensar	8.576	8.576
INSS a compensar (b)	26.637	110.611

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas

**Não Circulante**

INSS a compensar (b)

98.415**181.858****98.165****-**

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sobre as notas fiscais e saldo negativo apurado em exercícios anteriores, e neste exercício de 2025.

(b) O INSS a Compensar, diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. Em janeiro de 2025, foi protocolado junto à Receita Federal do Brasil, a solicitação de restituição, em caixa, de valores de INSS a Recuperar, classificados no Longo Prazo, sendo reconhecido também, valores de correção pela SELIC. Neste primeiro trimestre, foi recebido o montante de R\$ 8.650.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos – Propriedades para investimentos	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/03/2025	Líquido 31/12/2024
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Complexo Anhembi	3,73%	74.655	(694)	-	73.961	74.655
Propriedades para Investimento	2% a 25%	195.777	(694)	-	195.083	195.777

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Investimentos - Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2024	Baixas líquidas	Transferências	Adições	Depreciação	Líquido 31/03/2025
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Complexo Anhembi	74.655	-	-	-	(694)	73.961
Total de Investimentos	195.777	-	-	-	(694)	195.083

Com base no item 53 do CPC 28 – Propriedades para Investimento – tendo em vista que não estão disponíveis mensurações no mercado de alternativas de valor justo em operações semelhantes à propriedade objeto da concessão, e que não há bases suficientemente seguras para projeções de fluxos de caixa descontados pelo fato de que a propriedade para investimento só terá seu valor justo confiável a partir da conclusão das obras da concessionária, mensuramos a propriedade para investimento utilizando o método do custo do CPC 27.

Nesse momento, não há parâmetros para que seja feita uma avaliação a valor justo.

9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/03/2025	Líquido 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.746	(5.059)	-	687	668
Veículos		688	(688)	-	-	-

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com



@spturisooficial



/spturis



spturis



turismosaopaulo

Notas Explicativas



Móveis e utensílios	10%	2.232	(2.132)	-	100	100
Outros ativos fixos	20% e 10%	283	(270)	-	13	13
Total imobilizado		8.949	(8.149)	-	800	781

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão de desvalorização	Líquido 31/03/2025
Máquinas e equipamentos	668	94	-	(75)	-	687
Móveis e Utensílios	100	3	-	(3)	-	100
Outros ativos fixos	13	-	-	-	-	13
Total Imobilizado	781	97	-	(78)	-	800

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

10. INTANGÍVEL

Intangível	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/03/2025	Líquido 31/12/2024
Arrendamentos	20%	15	(383)	3.761	4.129

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Intangível	Líquido 31/12/2024	Adição	Amortização	Líquido 31/03/2025
Arrendamentos	4.129	15	(383)	3.761

Valores de arrendamento referem-se ao aluguel do prédio da nova sede.

11. FORNECEDORES

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	41.419	39.837
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 99	1.543
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 1	577
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) -	171
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 39	42
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 869	844
Total	42.427	43.014

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores com até 180 dias em atraso, decorrem de questões referentes à prestação dos serviços e são direcionados a processos

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que, em sua maioria, estão sendo discutidas judicialmente.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/03/2025	31/12/2024
Rescisões	2	1
INSS empresa	1.961	1.995
INSS retido	143	136
Férias e encargos	4.270	4.487
IRRF	494	882
FGTS	180	273
Consignações	29	29
Dissídio e encargos salariais	142	142
	7.221	7.945

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		31/03/2025	31/12/2024
Circulante			
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	15.874	15.417
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher	(b)	1.725	1.223
PIS a recolher	(b)	788	800
Impostos retidos		669	1.048
		19.056	18.488
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	115.727	116.251
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		3.702	3.886
		119.429	120.137
Total circulante e não circulante		138.485	138.625

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 71.552 em 31/03/2025 referente a 122 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado –

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 49.591 em 31/03/2025, referente a 78 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Em 24/11/2023 a Companhia aderiu à Transação de Débitos Municipais – TDM, regulamentada pelo Decreto nº 60.939/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essa obrigação refere-se ao IPTU do exercício de 2021. Saldo de R\$ 10.458 em 31/03/2025, referente a 104 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 95% da multa e 95% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de março de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R\$ mil
2026	11.905
2027	15.874
2028	15.874
2029	15.874
2030 em diante	56.200
Total	115.727

- (b) Em novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas. O fim do benefício do Perse foi confirmado para 31 de março de 2025.

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

14. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O aumento nos arrendamentos, se deve a locação de mais um andar no imóvel alugado para uso da sede.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reconhecimento inicial do direito de uso		
5 anos de aluguel	-	1.861
Saldo anterior / Valor do direito de uso inicial	<u>4.129</u>	<u>3.617</u>
Amortização	<u>(368)</u>	<u>(1.349)</u>
Saldo no Ativo Intangível	3.761	4.129
Arrendamento a pagar		
Saldo inicial	4.357	5.642
Juros/Reajustes incorridos	60	98
Pagamentos	<u>(443)</u>	<u>(1.383)</u>
	<u>3.974</u>	<u>4.357</u>
Circulante	1.150	1.533
Não circulante	2.824	2.824

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Adiantamentos de clientes	841	359
Concessão Anhembi diferida	<u>1.791</u>	<u>1.791</u>
	<u>2.632</u>	<u>2.150</u>
Não circulante		
Concessão Anhembi diferida	<u>45.828</u>	<u>46.276</u>
	<u>45.828</u>	<u>46.276</u>
Total circulante e não circulante	48.460	48.426

R. Boa Vista, 280
 +55 11 2226-0400
 www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) e Resolução CVM Nº 72/22.

(a) Provisões constituídas

	31/03/2025	31/12/2024
Cíveis	11.192	9.635
Trabalhistas	7.089	8.532
Provisão para dissídios e encargos	22.449	22.449
Total	40.730	40.616

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do exercício 31/12/2024	9.635	8.532	22.449
Novos processos	-	-	-
Processos baixados	-	-	-
Alterações nos processos existentes	1.557	(1.443)	-
Saldos no final do exercício 31/03/2025	11.192	7.089	22.449

Cíveis – O aumento mais relevante na provisão para contingências cíveis decorre de ações por prejuízos causados a expositores em razão de gotejamento ocorrido durante uma feira no Pavilhão de Exposições em 2016.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho de 2017 e 2018, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição, encargos trabalhistas e piso salarial.

(b) Passivos contingentes não provisionados

R. Boa Vista, 280
 +55 11 2226-0400
 www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



Tipo de Ação	31/03/2025	31/12/2024
Ações Cíveis	24.492	23.833
Trabalhistas	4.284	4.402
	28.776	28.235

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de março de 2025, o montante de R\$ 3.088 (R\$ 3.464 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados, suportados pela opinião de nossa área Jurídica.

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	840	840
Não circulante	8.621	8.831
Total de subvenções governamentais	9.461	9.671

Referem-se a subvenções a realizar como receitas, proporcionalmente à realização da depreciação das reformas e melhorias feitas no complexo Anhembi em razão do Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013 com o Ministério do Turismo. (Lei 11.578/2007, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/03/2025
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
SalDOS em 31/03/2025	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



A Companhia contava com cerca de 3.646 acionistas em 31/03/2025. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2024	115.573	(3.770)	111.803
Realização da reserva de reavaliação	(282)	-	(282)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	68	68
Saldo em 31/03/2025	115.291	(3.702)	111.589

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receita bruta		
Eventos	151.098	185.252
Concessão Parque Anhembi	3.552	3.423
Outras Receitas	102	98
Total da receita bruta	154.752	188.773
Deduções da Receita Bruta		
Impostos		
(-) COFINS	(640)	(169)
(-) PIS	(19)	(31)
Total de impostos	(659)	(200)
Total de deduções	(659)	(200)
Receita líquida	154.093	188.573
Receita líquida, incluindo subvenções	154.093	188.573

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



	31/03/2025	31/03/2024
Locações de móveis e equipamentos	(49.424)	(71.501)
Mão de obra terceirizada	(50.263)	(21.279)
Segurança para Eventos	(6.590)	(4.286)
Demais Insumos e Serviços	(37.356)	(20.193)
Mão de Obra Direta	(5.114)	(5.060)
Depreciação	(358)	(1.048)
	(149.105)	(123.367)

20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/03/2025	31/03/2024
Remunerações, encargos sociais e benefícios	(7.552)	(7.649)
Utilidades e serviços	(99)	(90)
Honorários	(207)	(223)
Manutenções e locações	(4.117)	(1.755)
Despesas gerais	(5.488)	(6.962)
Tributos, taxas e contribuições	(92)	100
Depreciações e amortizações	(460)	(374)
Provisões e reversões de provisões	(115)	(2.620)
	(18.130)	(19.573)

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2025	31/03/2024
Variações monetárias e juros passivos	(3.864)	(4.625)
Receitas de aplicações financeiras	1.518	1.848
Multas	(31)	(17)
Receita diferida realizada	848	1.092
Outras despesas e receitas financeiras	(20)	(76)
	(1.549)	(1.778)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do IR e CSLL	1.922	44.195
Despesa não dedutíveis	493	385
Provisões não dedutíveis	1.557	2.620
Realização da reserva de reavaliação	397	281
Outras adições	(7)	-
Outras adições (CSLL)	-	-
Exclusões	1.442	-
Compensação de prejuízos acumulados	-	14.161
Compensação de prejuízos acumulados (CSLL)	-	14.163
IR e CSLL efetivos	-	(11.030)
Taxa efetiva	0 %	25,0%

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- Setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo.
- Setor privado, onde é explorada a locação do Auditório Bruno Covas, localizado no 11º andar da Sede Administrativa da SPTuris, sito à Rua Boa Vista, 280 – Centro – SP, para realização de eventos de qualquer espécie, bem como a receita da outorga variável, referente à Concessão do Complexo Anhembi para a empresa GL Events.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/03/2025 e 31/03/2024:

Demonstração de Resultados de 2025			
	Público	Privado	Total
Receita líquida	150.438	3.654	154.092
Custos variáveis e fixos	(149.105)	-	(149.105)
Lucro bruto (antes das subvenções)	1.333	3.654	4.987
Lucro bruto (após subvenções)	1.333	3.654	4.987
Despesas administrativas			(18.130)
Outras receitas operacionais			575
Resultado financeiro			10.645
Imposto de Renda e Contribuição Social			-
Lucro líquido			(1.923)

Demonstração de Resultados de 2024			
	Público	Privado	Total
Receita líquida	186.111	2.462	188.573
Custos variáveis e fixos	(120.673)	(2.694)	(123.367)
Lucro bruto (antes das subvenções)	65.438	(232)	65.206
Lucro bruto (após subvenções)	65.438	(232)	65.206
Despesas administrativas			(19.573)
Outras receitas operacionais			340

R. Boa Vista, 280
 +55 11 2226-0400
 www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



Resultado financeiro					(1.778)
Imposto de Renda e Contribuição Social					(11.030)
Lucro líquido					33.165

24. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Numerador		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	- 37	647
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício	- 0,22	3,88

25. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		31/03/2025	31/12/2024
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	16.754	16.754

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2025 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	10	-	10
Aplicações financeiras	-	55.629	55.629
Contas a receber e clientes	90.161	-	90.161
Impostos a recuperar	98.415	-	98.415
Outras contas a receber	315	-	315
	188.901	55.629	244.530
Passivos			
Fornecedores	42.427	-	42.427
Obrigações trabalhistas	7.914	-	7.914
Obrigações tributárias	138.485	-	138.485
Arrendamentos	3.974	-	3.974
Empresas municipais	35	-	35
	192.835	-	192.835

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e Contas a receber (nota

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



explicativa nº 6). A Companhia em 31 de março de 2025 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 11 a 17, respectivamente. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	42.427	42.427	42.427	-	-	-
Trabalhistas e Tributárias	146.399	146.399	26.970	15.417	46.252	54.582
Arrendamentos	3.974	3.974	1.150	1.662	1.162	-
Partes relacionadas	35	35	35	-	-	-
Provisões para contingências	40.730	40.730	-	40.730	-	-
Total	233.565	235.565	70.582	57.695	47.414	54.582

c) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de “Caixa e equivalente de caixa”. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de março de 2025 é R\$ 55.628.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes como o CDI para os valores apresentados em caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses. A Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que remunera suas aplicações financeiras. A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de março de 2025 (CDI 2,96% a.a.):

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas



Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;

Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	31/03/2025	Exposição	100%	25%	50%
				Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	2,96%	55.628	2,96%	3,70%	4,44% Elevação
				57.275	57.686	58.098
				2,96%	2,22%	1,48% Queda
				57.275	56.863	56.451

27. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 7,50%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	80.239	61.409
	80.239	61.409
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar (Repasse)	256	256
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	15.874	15.417
SPTTrans	35	137
	16.165	15.810
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	115.727	116.251
	115.727	116.251
	31/03/2025	31/03/2024
Receita Bruta de eventos	151.098	186.111
Deduções da receita	(533)	-
Receita líquida	150.565	186.111
Custos variáveis e fixos	(147.123)	(120.873)
Lucro (Prejuízo) bruto	3.442	65.438

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

Notas Explicativas

**Nº CONTRATO – SECRETARIA**

	31/03/2025	31/03/2024
024/2021/SMS - EVENTOS DIVERSOS	1.097	1.824
011/2022-SMRI-ACOES POLO DE ECOTURISMO	-	449
001/2023 - SMRI - VIRADA ODS	-	25
008/2023 - SMRI - EVENTOS DIVERSOS	7	(63)
020/2023 - SMTUR - EVENTOS DIVERSOS	-	2.999
022/2023 - SMTUR - CARNAVAL INFRA	-	14.299
023/2023-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS-TURISMO	-	1.410
024/2023 - SMTUR - EVENTOS DIVERSOS	-	22.748
025/2023 - SMTUR - CACHE DE DESFILE	-	4.743
026/SMTUR/2023 - FESTIVAL DE NATAL	-	1.302
028/2023 - SMTUR - REVEILLON 2024	-	852
029/2023 - SEME - EVENTOS DIVERSOS	161	-
031/2023 - CMSP - EVENTOS DIVERSOS	193	-
039/2023 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	-	226
046/2023 - SVMA - EVENTOS DIVERSOS	298	-
052/2023 - SGM - EVENTOS DIVERSOS	-	2.223
082/2023 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	365	519
094/SMADS/2023 - EVENTOS DIVERSOS	-	752
TC 077/2023 - SMC - EVENTOS DIVERSOS	-	14.197
TC 093/SMC/2023 - EVENTOS DIVERSOS	-	683
001/2024 - SMTUR - EVENTOS DIVERSOS	-	58.500
005/2024-SMTUR-EVENTOS DIVERSOS-TURISMO	940	-
009/2024 - SGM - FORMULA E	-	57.776
010/2024 - SMRI - IV EXPO CONSC. NEGRA	7.004	-
012/2024 - SMTUR - EVENTOS DIVERSOS	2.499	-
014/2024 - SMTUR - EVENTOS DIVERSOS	26.000	-
015/2024 - SMTUR - CACHE DE DESFILE	70	-
027/SMSUB - CARNAVAL DE RUA 2024	-	647
030/2024 - SEME - EVENTOS DIVERSOS	539	-
037/2024 - SMC - EVENTOS DIVERSOS	6.755	-
041/2024 - SGM - EVENTOS DIVERSOS	4.629	-
046/2024 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	579	-
047/SME/2024 - EVENTOS DIVERSOS	16.067	-
052/2024 - SGM - FORMULA E	5.001	-
071/2024 - SMADS - EVENTOS DIVERSOS	13.035	-
SMRI - ACOES POLO DE ECOTURISMO 24/25	283	-
001/2025 - SMTUR - CARNAVAL INFRA	18.912	-
003/2025 - SMTUR - EVENTOS DIVERSOS	27.000	-
008/2025 - SGM - CARNAVAL DE RUA 2025	19.142	-
014/2025 - SMDHC - ACOES CARNAVAL 2025	522	-
TOTAL	151.098	186.111

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

@spturisooficial
 /spturis

spturis
 turismosaopaulo

28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 801, e no primeiro trimestre de 2024, foi de R\$ 720. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 12 de maio de 2025, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações contábeis intermediárias.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de abril de 2025 e 12 de maio de 2025, além dos que já estão reportados nestas demonstrações contábeis intermediárias, segundo nosso melhor entendimento.

30. OUTROS ASSUNTOS

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da

Notas Explicativas



Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2025.

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Paulo Turismo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da São Paulo Turismo S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21(R4) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Transações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 27, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em nota explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela "Concorrência Internacional nº 001/20", o qual adjudicou a concessão do "Complexo Anhembi" à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interviente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$12.113 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da "Ordem de início" ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios

definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis anual e informações contábeis intermediárias comparativas do exercício e trimestre anterior

As demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo de 31 de dezembro de 2024 apresentadas para fins comparativos foram por nós auditadas, e o relatório, emitido em 26 de março de 2025, não continha ressalva. Constatou-se parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos em “concessão onerosa” e “partes relacionadas”. As informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2024 apresentadas para fins comparativos, foram por nós revisadas cujo relatório foi emitido em 7 de maio de 2024, sem modificação e com parágrafos de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos na seção “Partes Relacionadas” e “Concessão Onerosa” e sobre o assunto Incerteza quanto à continuidade operacional dos negócios”.

São Paulo, 12 de maio de 2025.

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: 13 de maio de 2025, às 15:00h, de forma virtual, via plataforma Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Sr. José Carlos Palácios Munoz, Sra. Patricia Di Donato Firmino, Sr. Eduardo Nordskog Duarte, Sr. Thiago Rubio Salvioni e Sra. Isabella Farah Costa.

Presente, ainda os Srs. Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Fábio de Andrade Cardoso – Coordenador de Contabilidade e Orçamento

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Gabriela Luiggi Senatore.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025; (ii) Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

No tocante ao item (i) da Ordem do Dia, tendo como base os documentos apresentados para a apreciação do trimestre findo em 31 de março de 2025, que foram diligentemente analisados, bem como diante do Relatório da Conatus Auditores Independentes S.S. emitido.

Assim, o Conselho Fiscal, pela unanimidade de votos dos presentes, emitiu parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025, pelo que assinaram referido Parecer do Conselho Fiscal, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e sem que ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 13 de maio de 2025

Conselheiros:

(todos com assinatura eletrônica)

JOSÉ CARLOS PALÁCIOS MUNOZ - Conselheiro
PATRICIA DI DONATO FIRMINO – Conselheiro
EDUARDO NORDSKOG DUARTE – Conselheiro
THIAGO RUBIO SALVIONI – Conselheiro
ISABELLA FARAH COSTA – Conselheira
GABRIELA LUIGGI SENATORE – Secretária de Governança Corporativa

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da São Paulo Turismo S.A., reunidos para exame das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, com base nos acompanhamentos realizados e à vista do relatório dos auditores independentes da Conatus Auditores Independentes S/S, datado de 12 de maio de 2025, são de parecer que os referidos documentos refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia na referida data.

São Paulo, 13 de maio de 2025

(todos com assinatura eletrônica)

JOSÉ CARLOS PALÁCIOS MUNOZ
PATRICIA DI DONATO FIRMINO
EDUARDO NORDSKOG DUARTE
THIAGO RUBIO SALVIONI
ISABELLA FARAH COSTA

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DA 5ª REUNIÃO - 2025 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: 12 de maio de 2025, por videoconferência, às 17:00, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Joelson Sampaio e Sr. Jonathan Mazon.

Como convidados, Srs. Luiz Carlos Soares e Lucas Gomes – sócios da Conatus Auditores Independentes S.S., Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria, Sr. Fabio de Andrade Cardoso – Coordenador e Sr. Roberto Miguel – Auditor Interno

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Membros do CAE, Sr. Joelson Sampaio e Sr. Jonathan Mazon, e como Secretária, Sra. Gabriela Luiggi Senatore.

ORDEM DO DIA: (i) Auditoria Independente: Discussão com o sócio responsável da Conatus Auditores Independentes S.S. sobre os principais pontos relativos aos trabalhos da auditoria em geral, especialmente em relação às Informações Financeiras Intermediárias em 31 de março de 2025 e respectivo relatório; e (ii) manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Questionado, o Sr. Luiz Carlos Soares informou que não há registro de tentativa de influência da Companhia em seus procedimentos e reiterou a independência da Conatus Auditores Independentes no desenvolvimento dos trabalhos em geral e sobre as informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2025.

Os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Informações Financeiras Intermediárias da Companhia em 31 de março de 2025 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 12 de maio de 2025, e do Relatório da Revisão Especial, com parágrafos de ênfase e sem ressalva, da Conatus Auditores Independentes S.S., emitido também nessa data.

Após análise dos documentos pertinentes, incluindo os esclarecimentos fornecidos pelos representantes da Auditoria Independente e da Administração, e considerando as observações relacionadas à necessidade de aprimoramentos, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam a aprovação pelo Conselho de Administração.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no próprio livro.

São Paulo, 12 de maio de 2025

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

JOELSON SAMPAIO – Membro

JONATHAN MAZON – Membro

GABRIELA LUIGGI SENATORE – Secretária

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DA 5ª REUNIÃO - 2025 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: 12 de maio de 2025, por videoconferência, às 17:00, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Joelson Sampaio e Sr. Jonathan Mazon.

Como convidados, Srs. Luiz Carlos Soares e Lucas Gomes – sócios da Conatus Auditores Independentes S.S., Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria, Sr. Fabio de Andrade Cardoso – Coordenador e Sr. Roberto Miguel – Auditor Interno

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Membros do CAE, Sr. Joelson Sampaio e Sr. Jonathan Mazon, e como Secretária, Sra. Gabriela Luiggi Senatore.

ORDEM DO DIA: (i) Auditoria Independente: Discussão com o sócio responsável da Conatus Auditores Independentes S.S. sobre os principais pontos relativos aos trabalhos da auditoria em geral, especialmente em relação às Informações Financeiras Intermediárias em 31 de março de 2025 e respectivo relatório; e (ii) manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Questionado, o Sr. Luiz Carlos Soares informou que não há registro de tentativa de influência da Companhia em seus procedimentos e reiterou a independência da Conatus Auditores Independentes no desenvolvimento dos trabalhos em geral e sobre as informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2025.

Os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Informações Financeiras Intermediárias da Companhia em 31 de março de 2025 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 12 de maio de 2025, e do Relatório da Revisão Especial, com parágrafos de ênfase e sem ressalva, da Conatus Auditores Independentes S.S., emitido também nessa data.

Após análise dos documentos pertinentes, incluindo os esclarecimentos fornecidos pelos representantes da Auditoria Independente e da Administração, e considerando as observações relacionadas à necessidade de aprimoramentos, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam a aprovação pelo Conselho de Administração.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no próprio livro.

São Paulo, 12 de maio de 2025

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

JOELSON SAMPAIO – Membro

JONATHAN MAZON – Membro

GABRIELA LUIGGI SENATORE – Secretária

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2025

DATA E LOCAL: 12 de maio de 2025, às 16:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Daniel Oshiro Viana – Diretor de Inovação, Marketing e Parcerias, Felipe Américo Pita – Diretor Eventos e Turismo, Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relações com Investidores e Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Estruturação de Negócios.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal, e por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Gabriela Luiggi Senatore.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca dos itens da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia, por unanimidade de votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2025, findo em 31 de março de 2025, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 27, da ICVM nº 80/2022, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., datado de 12/05/2025, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2025, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 27, da ICVM nº 80/2022, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e sem que ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 12 de maio de 2025

(todos com assinatura eletrônica)

GUSTAVO GARCIA PIRES - Diretor Presidente
RODRIGO KLUSKA ROSA - Diretor de Gestão e de Relação com Investidores
FELIPE AMÉRICO PITA – Diretoria de Clientes e Eventos
SANDRO AUGUSTO CUOGHI - Diretor de Estruturação de Negócios
PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI - Diretor Jurídico e de Conformidade
RAFAEL CARVALHO DA LAVRA - Diretor de Representação dos Empregados
DANIEL OSHIRO – Diretoria de Inovação, Marketing e Parcerias
GABRIELA LUIGGI SENATORE - Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2025

DATA E LOCAL: 12 de maio de 2025, às 16:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Daniel Oshiro Viana – Diretor de Inovação, Marketing e Parcerias, Felipe Américo Pita – Diretor Eventos e Turismo, Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relações com Investidores e Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Estruturação de Negócios.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal, e por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Gabriela Luiggi Senatore.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca dos itens da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia, por unanimidade de votos dos presentes, declara que: (i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2025, findo em 31 de março de 2025, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 27, da ICVM nº 80/2022, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., datado de 12/05/2025, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2025, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 27, da ICVM nº 80/2022, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2025 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e sem que ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 12 de maio de 2025

(todos com assinatura eletrônica)

GUSTAVO GARCIA PIRES - Diretor Presidente
RODRIGO KLUSKA ROSA - Diretor de Gestão e de Relação com Investidores
FELIPE AMÉRICO PITA – Diretoria de Clientes e Eventos
SANDRO AUGUSTO CUOGHI - Diretor de Estruturação de Negócios
PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI - Diretor Jurídico e de Conformidade
RAFAEL CARVALHO DA LAVRA - Diretor de Representação dos Empregados
DANIEL OSHIRO – Diretoria de Inovação, Marketing e Parcerias
GABRIELA LUIGGI SENATORE - Secretária de Governança Corporativa